



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 28(VINTE OITO) DO MÊS DE ABRIL DE 2023 DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

1 Às 14:00 hs, conforme convocação publicada no Diário Oficial nº 173 de 25 de abril de 2023, os
2 conselheiros se reuniram, na data e local acima indicado para a reunião extraordinária da gestão
3 do biênio 2022/2023. A chamada foi feita, estando presentes os seguintes conselheiros: Anderson
4 Torres (suplente - ServBúzios), Augusto Pascoal (suplente - Raízes), Carlos Cordeiro (suplente -
5 AETUCUNS), Carolina Mazieri (suplente AHB), Davi Ohana Miranda (titular - Raízes), Eduardo
6 Rodrigues (titular - SEAPUR), Gabriel Balod (titular - SEPAUR), Marco Antônio Costa (titular -
7 SEME), Marcos Santos da Silva (titular - ServBúzios), Mônica Casarin (titular -
8 AMOCA), Ricardo Braga (suplente SEAPUR), Ricardo de Jesus Monteiro (suplente - AMA-
9 ARETE) Thomas Weber (titular - AHB): além dos convidados e representantes da comunidade:
10 Vinicius Bernardo Lameira (Promotor do MPE), Lauro Chaves (Coordenador da GMA), Olívia
11 Garcia (Territórios do Petróleo), João Vitor Oliveira (Territórios do Petróleo), Lídia da Silveira
12 Vaz (Tucuns), Selma Ayres Marques (Tucuns), Suzana dos Santos (Ass. Mulheres Caiçaras), Iti
13 Braga (Ass. Mulheres Caiçaras), Rosângela Carvalho (Ass. Mulheres Caiçaras), Sarah
14 Gonçalves (Ass. Mulheres Caiçaras), Cabo Camila Sales Zeferino (5º CIA. PM), André Luiz
15 Gomes (coordenador da Fiscalização Ambiental), Flávio Ferreira Janebro (Coordenador da
16 Fiscalização Urbanística), Eduardo Cunha (Chefe das Unidades de Conservação Marítimas
17 Municipais), Rafaela Siqueira (Raízes), Queila Olivares (Corretora de Imobiliária). Tendo sido
18 verificado quórum de doze(12) conselheiros - entre titulares e suplentes, conforme constam da
19 folha de presença, foi iniciada a reunião às 14:23, com a apresentação da pauta única: 1)
20 **Ocupação irregular e desmatamento em áreas públicas e privadas.** O presidente, Eduardo
21 Rodrigues deu boas-vindas a todos os presentes, explicou que na reunião ordinária do CMMA,
22 em 13 de abril, os conselheiros receberam denúncias de casos de invasão e desmatamento de
23 terrenos públicos e privados, no município, inclusive sob ameaças de violência, e portanto o
24 Conselho decidiu fazer esta extraordinária para debater o assunto e pensar em estratégias com
25 os seguintes convidados: Secretaria Municipal de Segurança Pública, Setor de Fiscalização
26 Ambiental e Urbanística, Ministério Público Estadual, Política Militar e INEA, (único a não
27 enviar um representante). O Presidente informou sobre a frequência das reuniões ordinárias do
28 CMMA que acontecem presencialmente todas as segundas quinta-feira de cada mês, alguns
29 presentes sugeriram que as reuniões fossem on-line para facilitar a participação da comunidade e
30 garantir a transparência necessária das reuniões. O Presidente disse que o ideal seria reuniões
31 híbridas, porém ainda não tem estrutura para isso. A conselheira Mônica Casarin cobrou que as
32 verbas para a manutenção (trabalho) do CMMA, como determina a lei, sejam de fato cumpridas
33 e executadas, coisa que os conselheiros cobram há anos. A seguir, o Presidente passou a palavra
34 para a secretária executiva, Mônica Casarin para apresentar o tema da pauta. A secretária
35 executiva apresentou as principais denúncias de ocupação irregular de áreas municipais
36 registradas nos bairros de Tucuns, Baía Formosa, Marina, região do Mangue de Pedras, Brava e
37 Forno; que foram recebidas por membros do CMMA nos primeiros meses do ano de 2023
38 (conforme documento anexo que segue a esta ata). Denúncias estas que apontavam a ação de
39 grileiros e milicianos na invasão de terrenos privados e públicos (alguns dentro de Unidades de
40 Conservação), no desmatamento, na falsificação de documentos para obter ligações de água e
41 energia e ameaças de morte a moradores que denunciam as ações e aos agentes públicos que
42 respondem a estas denúncias. Lembrou a todos que o problema de invasões, ocupações
43 irregulares e desmatamento em território municipal não é algo novo. O CMMA vem
44 acompanhando esse assunto desde 2015, e chegou a produzir um relatório narrando tais
45 problemas, que foi enviado às autoridades públicas municipais alertando sobre a questão do
46 fortalecimento da ação de grileiros e milícias no território municipal. (Relatório de Atividade



47 doCMMA biênio 2014/2016, ofício CMMA nº 06/2016, entre outros). Que o Conselho também
48 solicitou à Secretaria de Ambiente e Urbanismo relatórios de atividades dos fiscais e GMAs para
49 tentardesenhar o mapa mais completo e preciso dos problemas enfrentados pelos agentes, e que
50 aguarda a resposta. Mas, mesmo sem o relatório é possível afirmar que o município não
51 tem capacidade de fazer o controle ambiental e urbanístico com eficiência por falta de agentes
52 (servidores) e de equipamentos. Disse que, atualmente a SEAMUR tem a disposição 6 fiscais
53 ambientais que trabalham em plantões de 24 horas por 72 horas de folga; e 15 Guardas
54 Municipais Ambientais que trabalham em plantões de 24 por 96 horas de folga. Que estes
55 poucos agentes não dispõem de equipamentos necessários para trabalhar. Que o CMMA já
56 aprovou o uso de recursos do FMMA para investir em equipamentos de trabalho, mas que
57 precisa de mais agentes e somente com concurso público isso será possível. Informou que a
58 GMA, por ter sido transferida de secretaria (atualmente está sob a responsabilidade da Secretaria
59 de Segurança Pública) não está tendo acesso aos veículos e embarcação que foram adquiridos
60 com recurso do FMMA para o controle ambiental. Solicitou que estas questões sejam resolvidas
61 o mais breve possível pelos gestores municipais. Porém alertou que somente a ação local não
62 será suficiente para acabar com esse movimento de invasões, que é muito importante uma ação
63 política do Prefeito e vereadores com o Governo do Estado e Deputados Estaduais para ajudarem
64 a cidade a enfrentar esse movimento. Finda a apresentação, o Presidente abriu a fala para os
65 presentes na reunião. A conselheira da APA do Pau Brasil e do Parque Estadual da Costa do Sol
66 (PECS), Anna Roberta Mehdi, pediu a palavra para dizer que a mesma situação se repete no
67 controle ambiental do PECS. Lembrou que em 2020, na cerimônia de posse do Conselho
68 Consultivo do Parque Estadual da Costa do Sol (CCPECS), o presidente do INEA, Philipi
69 Campello, prometeu uma frota de 200 novos veículos para os Parques Estaduais, e o PECS até
70 hoje não recebeu nenhum destes veículos, e hoje trabalha apenas com 2 viaturas, uma parada por
71 falta de manutenção. Disse que o INEA se mostra incompetente para atuar na fiscalização das
72 áreas do Parque, que são invadidas e incendiadas a todos os momentos sem reação do órgão Estadual
73 de controle. Que o CCPECS recebe diversas denúncias, repassa para os órgãos de controle, que na
74 maioria das vezes não consegue agir por falta de agentes e ou equipamentos. Afirmou que está
75 claro o sucateamento do controle ambiental na nossa região. Depois a palavra foi passada a
76 senhora S.A. (não iremos divulgar o nome a pedido da moradora que teme represália), moradora
77 de Tucuns, que narrou que seu terreno está sendo parcialmente invadido por um cidadão, vindo
78 de Jacarepaguá, que chegou recentemente na cidade. Que ela e sua filha já denunciaram o fato,
79 que a GMA já está no local, porém o invasor não respeita a ordem dos agentes públicos e está
80 intimidando os vizinhos. A palavra então foi passada para o Promotor de Justiça do MPE, doutor
81 Vinícius Lameira, que esclareceu que ele é promotor ambiental, mas não criminal. Porém,
82 muitas dos ilícitos ambientais também são ilícitos criminais que ele tem repassado para as
83 promotorias criminais do MPE. Que é Polícia Civil que deveria investigar estas ameaças aos
84 cidadãos, mas que a corporação também está sucateada, com déficit aproximado de 15 mil
85 policiais então é realmente muito difícil que o crime ambiental seja investigado de fato.
86 Informou que corre na promotoria ambiental do MPE 33 ações de demolição dentro do
87 PECS, na região de Tucuns, que já tem liminares e acredita que em breve sairão as sentenças
88 demolitórias. Informou ainda que na Baía Formosa existem 18 demolitórias, dentro do PECS que
89 ficam próximos a Vila André, e que tem que se contar com a demora do processo de
90 judicialização, que tem também suas limitações. Que também teve uma ação judicial na área da
91 Brava, que resultou em uma liminar que suspendeu alguns registros e isso pode dar dado
92 “espaço” para estas invasões. Argumentou que quando as invasões são terrenos privados é
93 necessário que o proprietário faça a denúncia nos órgãos devidos: polícia civil e juizado.
94 Informou que esse problema não é único de Búzios, mas acontece em todo território do Estado
95 do Rio de Janeiro; e que por ser um crime muito comum das entre as milícia, pode ser entendido
96 como uma ação orquestrada e que então pode ser acolhido pelo MPE. O promotor propôs uma



97 reunião do CMMA com a promotoria de justiça da área criminal e ambiental para tratar do
98 assunto. Em relação ao Mangue de Pedra, informou que o MP tem um TAC para recompor o
99 FMMA que foi descumprido parcialmente pela Prefeitura que tem uma dívida com o Fundo de
100 cerda de R\$ 11 mil, e que está negociando com a mesma para parcelar esta dívida desde que
101 algumas ações sejam cumpridas, entre elas fazer o Plano de Manejo de todas as Unidades de
102 Conservação. Solicitou que seja feita uma reunião da Promotoria ambiental com a GMA e os
103 fiscais para que ele entender melhor com a divisão de atribuições entre os agentes de controle, e
104 também precisa aprimorar o protocolo de atuação entre fiscalização ambiental e Ação penal, pois
105 muitas vezes o auto de infração não chega à delegacia, e se não for lavrado, não adianta anda. E
106 se colocou a disposição, dentro das limitações da sua competência, para ajudar a controlar essas
107 invasões. A palavra foi passada para o Guarda Ambiental, Marcelo Morel, que a invasão de área
108 do Mangue de Pedra começou em 2015, por um funcionário da Prefeitura que hoje está preso e o
109 processo segue tramitando na justiça. Em 2016 iniciou incêndios que estavam sendo feitos por
110 uma briga fundiária entre funcionários públicos da Prefeitura e supostos quilombolas, que são as
111 mesmas pessoas que atualmente estão tentando cercas estas áreas. Retiraram os mourões no
112 início do mês de março, mas esta semana já tem sinais de que pretendem iniciar o cercamento
113 novamente. Em relação a Marina foram 10 lotes incendiados, 06 ocupados e 03 casas em
114 construção, somente no mês de abril, com envolvimento de milicianos, citando os nomes dos
115 senhores Esmeraldo e Silvan. Em relação à Brava, Morel informou que depois da questão da
116 liminar que suspendeu algumas matrículas na região, a mesma quadrilha começou a falsificar
117 documentos de lotes e tomar posse dos mesmos; que alguns proprietários estão reagindo, mas
118 não estão tendo o apoio do Poder Público como deveriam. Que em alguns meses foram mais de
119 300 lotes invadidos e, até o momento, apenas 02 deles foram recuperados. Em Tucuns existem
120 muitos casos, alguns já sob a investigação do MPE, já houve algumas demolições mas ainda
121 outros estão aguardando decisão judicial. Em Baía Formosa as invasões começaram em 2016
122 com a quadrilha do Bragança, que foi preso pelo INEA. Em 2019 iniciou outras invasões agora
123 por essa quadrilha composta por policiais militares da ativa, da reserva, quilombolas (auto
124 denominados), escritórios de advocacia e uma frota de 16 veículos, ou seja, é o crime
125 organizado. A GMA conseguiu destruir o cercamento de 200 lotes, uma fábrica clandestina de
126 concreto e um depósito de pneus e gasolina usados para iniciar incêndios. Lamentou que
127 infelizmente a GMA não está com viatura para trabalhar e não conseguiu atender a alguns
128 chamados na semana que passou. A conselheira Mônica Casarin pediu a palavra para dizer que o
129 CMMA já havia pedido um relatório de atividades dos agentes públicos do meio ambiente, mas
130 que acha interessante o Conselho solicitar também relatório dos agentes de controle urbanístico e
131 de postura, para que se tenha uma visão mais completa do problema. Lembrou, mais uma vez,
132 que o município sozinho jamais conseguirá resolver um problema complexo e grave como estes,
133 e portanto é necessário o envolvimento do governo do Estado e até da União na questão. O
134 conselheiro Marcos Santos pediu a palavra para perguntar ao representante da fiscalização
135 urbanística como é o fluxo de tramitação da identificação do ilícito. O Coordenador da
136 Fiscalização urbanística, Flávio Janebro, informou que ao verificar que a denúncia é válida o
137 agente notifica o responsável e é aberto um processo administrativo; e se o fato se repete ou
138 continua é feito o auto de infração e é enviado para a Procuradoria Municipal. O fiscal Gabriel
139 Balod informou que existe uma morosidade judicial, pois a Procuradoria encaminha o processo
140 administrativo para justiça que demora anos. A conselheira Mônica Casarin perguntou se
141 somente o juiz da comarca é que pode determinar a demolição de construções irregulares. O
142 Promotor de Justiça informou que caso seja um imóvel já finalizado, somente o Juiz pode
143 mandar demolir, porém, se a obra ainda estiver em construção a própria Administração
144 Municipal pode mandar demolir através de um Processo Administrativo. Disse que ação criminal
145 contra os autores deve tem que passar pelo Jecrim e que as penas infelizmente são pequenas, mas
146 que a Administração Pública tem o poder de apreender qualquer equipamento ou material que



PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE E URBANISMO
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

147 esteja sendo usado para a prática ilícita. A secretária Executiva então sugeriu que fossem listadas
148 as propostas de ações que podem ser realizadas. O Promotor sugeriu uma primeira reunião entre
149 agentes locais, com Conselheiros, Secretário de Ambiente e Urbanismo, GMA, Fiscais, delegado
150 civil, 25º BPM, Batalhão Florestal, INEA e promotores criminais do MPE, que ele ficou de
151 organizar para a semana seguinte. Outra proposta é que o CMMA peça os relatórios de
152 atividades dos agentes fiscais do Urbanismo. O Coordenar da GMA, senhor LauroChaves,
153 solicitou que todas as informações sobre a Guarda sejam feitas diretamente à Secretaria de
154 Segurança Pública, a qual a GMA é submetida. A senhora Anna Roberta solicitou que seja feita
155 imagens aéreas das áreas que estão sofrendo pressão dos invasores para que se tenha uma ideia
156 macro do problema. A conselheira Mônica Casarin disse que o CMMA pode solicitar
157 oficialmente à SEAMUR que faça essas imagens com o drone que a secretaria dispõe. O
158 conselheiro Marcos Santos sugeriu que seja solicitada essas imagens também ao programa Olho
159 Verde que já tem um banco de dados. Também solicitou informação da GMA qual o
160 procedimento de atendimento as denúncias. O coordenador da GMA informou que a corporação
161 está trabalhando sem o talão de notificação, auto de apreensão e auto de infração, e que por isso
162 tenta trabalhar em conjunto com a fiscalização para que seja emitido alguma documentação. Que
163 a GMA não tem computador e está com o único carro parado. A conselheira Mônica Casarin
164 argumentou que a SEAMUR dispõe de 06 novos veículos e 01 embarcação que foram
165 comprados com recursos do FMMA justamente para serem utilizados no controle ambiental e
166 que a secretaria não quer autorizar o uso destes equipamentos pela GMA. O conselheiro Ricardo
167 Braga argumentou que o Secretário já se manifestou que não se sente confortável em encaminhar
168 os bens para outra secretaria e ter que prestar contas dos mesmos, quanto a sua manutenção e
169 cuidado. A conselheira Carolina Mazieri pediu a palavra para dizer que a situação é muito grave,
170 pois para que o município tenha direito a fazer o licenciamento e para receber o ICMS verde a
171 existência da GMA é uma das exigências, e quando se tira os instrumentos para a GMA
172 trabalhar, independente da secretaria a qual ela está submetida, ela deixa de cumprir a sua função
173 e portanto o município pode perder estes direitos. O Promotor de Justiça pediu a palavra para
174 dizer que realmente cabe à Secretaria de Segurança Pública prover as condições de trabalho da
175 GMA e cabe a ele responder por isso, porém a SEAMUR pode autorizar o uso dos seus
176 bens adquiridos com recursos do FMMA para a GMA através de um Termo de Cessão
177 vinculando o seu uso à GMA e sob a responsabilidade do Chefe da corporação. Nada mais a ser
178 tratado, a reunião deu-se por encerrada às 15:54 hs, da qual foi lavrada a presente ata por Mônica
179 Casarin Fernandes Elsen, e que vai assinada por ela e pelo presidente do Conselho Municipal de
180 Meio Ambiente.

Eduardo Rodrigues Moreira – Presidente

Mônica Casarin F. Elsen secretária Executiva